



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**UNIDADE:** Ouvidoria Geral do Estado - OGE

**SECRETARIA:** Secretaria de Governo

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**DECISÃO OGE/LAI n.º 135/2016**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Ouvidoria Geral do Estado - OGE, número SIC em epígrafe, sobre manifestação a respeito de outras consultas efetuadas pelo interessado, não especificadas.
2. Houve explicação fornecida pela Ouvidoria Geral, seguida de recurso hierárquico indeferido, levando-se ao apelo revisional estipulado pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. No caso concreto analisado, não há negativa de acesso à informação, pois o presente feito não traz pedido específico passível de atendimento com base na Lei de Acesso à Informação, tratando-se de livre e genérica manifestação do recorrente. Ressalte-se, por oportuno, o entendimento já consolidado desta Ouvidoria Geral do Estado e também da Controladoria Geral da União quanto à finalidade do SIC: “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL. Recorrente: A.L.S.S).
4. Assim, forçoso concluir que a manifestação dirigida a esta Ouvidoria Geral não atende aos requisitos para apreciação recursal, uma vez que a Lei Estadual n. 10.177/98, em seu artigo 43, III, é clara ao exigir a necessidade de “exposição, clara e completa, das razões da inconformidade”, o que não ocorre no presente caso, em que já inicialmente não havia específico pedido de acesso a documento público que pudesse encontrar-se sob a guarda desta unidade estatal.

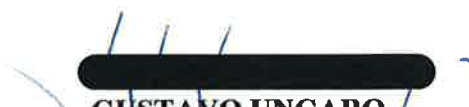
3



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. Diante do exposto, **não conheço do recurso**, tendo em vista o não preenchimento dos requisitos trazidos pelo art. 43, III, da mencionada Lei Estadual, restando, ainda, desatendidas as hipóteses recursais do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 2 de maio de 2016.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO